

para
Texto

discussão

ASPECTOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Lidia Cristina Silva Barbosa
Tamara Vaz de Moraes Santos

nº 14/maio de 2016
ISSN 2446-7502

ASPECTOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO DISTRITO FEDERAL

Lidia Cristina Silva Barbosa ¹
Tamara Vaz de Moraes Santos²

Brasília-DF, maio de 2016

¹ Lidia Cristina Silva Barbosa, gerente de Estudos e Análises Transversais - DIPOS/Codeplan.

² Tamara Vaz de Moraes Santos, estagiária da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS/Codeplan.

Texto para Discussão

Veículo de divulgação de conhecimento, análises e informações, sobre desenvolvimento econômico, social, político, gestão e política públicas, com foco no Distrito Federal, na Área Metropolitana de Brasília (AMB) e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e estudos comparados mais amplos, envolvendo os casos acima.

Os textos devem seguir as regras da [Resolução 143/2014](#), que regem o Comitê Editorial da Codeplan, e não poderão evidenciar interesses econômicos, político-partidários, conteúdo publicitário ou de patrocinador. As opiniões contidas nos trabalhos publicados na série Texto para Discussão são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, de qualquer maneira, o ponto de vista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan.

É permitida a reprodução parcial dos textos e dos dados neles contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são proibidas.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan

Texto para Discussão

TD - n. 14 (2016) - . - Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2016.

n. 14, maio, 29,7 cm.

Periodicidade irregular.

ISSN 2446-7502

1. Desenvolvimento econômico-social. 2. Políticas Públicas
3. Área Metropolitana de Brasília (AMB). 4. Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).
I. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. II. Codeplan.

CDU 338 (817.4)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Antônio Fúcio de Mendonça Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Políticas Sociais (respondendo)

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CONSUMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS.....	10
3. CONSUMO DE ALIMENTOS POUCO NUTRITIVOS.....	15
4. ÍNDICE DE MASSA CORPORAL - IMC.....	23
5. ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 estabelece a alimentação como um dos direitos sociais da população brasileira. De acordo com o Art. 2º da Lei nº 11.346 - Lei de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição, sendo responsabilidade do poder público adotar políticas e ações necessárias para promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional da população. O poder público deve respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução do direito humanos à alimentação adequada.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, guiada por sua responsabilidade na promoção do desenvolvimento econômico e social, por meio da produção e disseminação de informações estatísticas, demográficas e socioeconômicas, apresenta este estudo com algumas reflexões sobre a situação da segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal.

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é a principal fonte de dados utilizada neste documento. Os dados desta pesquisa foram coletados no ano de 2013, mas foram disponibilizados para consulta somente no ano de 2015. Também serão utilizados neste trabalho os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2013, que teve no caderno suplementar o tema segurança alimentar e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA e a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE de 2012.

As informações da Pesquisa Nacional de Saúde e da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar serão apresentadas de forma que seja possível comparar os dados da população acima de dezoito anos, adulta, com a população entre quatorze e quinze anos, adolescentes. É importante destacar que estas comparações devem ser realizadas com cautela, pois trata-se de duas pesquisas diferentes com amostragens distintas e questionários próprios. Além disso, é importante destacar que os resultados da PNS são representativos por estado, e os resultados da PENSE são representativos para as Capitais e pelas regiões brasileiras. Como a amostra do Distrito Federal é semelhante em ambos os estudos, poderemos efetuar algumas comparações dos resultados locais, principalmente para o consumo de alimentos pouco nutritivos para essas duas faixas etárias. Essas comparações poderão fornecer indícios sobre tendências no comportamento alimentar de dois grupos etários e o seu possível impacto futuro.

Portanto, trata-se de informações recentes sobre as condições de saúde e de alimentação da população brasileira, com destaque para os dados sobre o consumo alimentar. As análises desses dados poderão contribuir para que os gestores do Distrito Federal tenham um panorama atualizado sobre o tema e possam ajustar ou elaborar mais políticas sobre a temática.

Segundo a LOSAN, a segurança alimentar e nutricional (Art. 3º) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. A garantia da segurança alimentar e nutricional se dá a partir: da ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, principalmente por meio da agricultura tradicional e familiar; pela conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos

recursos; e pela promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social.

Enquanto o conceito de segurança alimentar é amplo e de difícil mensuração, por trabalhar com conceitos de qualidade e suficiência, o conceito de insegurança alimentar determina situações que refletem a ausência da segurança alimentar a partir da existência dos seguintes problemas: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, entre outros.

Diante da amplitude do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e dos diversos fatores envolvidos, é possível destacar, segundo Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008) apud IBGE (2013), cinco métodos de mensuração nacionalmente utilizados:

- 1) método da FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - de cálculo da disponibilidade calórica diária per capita;
- 2) cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar;
- 3) cálculo do consumo alimentar - como os recordatórios quantitativos das últimas 24 horas, frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos;
- 4) antropometria;
- 5) escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, por exemplo, a EBIA.

Segundo Hofman (2008), considera-se que um domicílio está em segurança alimentar quando todas as pessoas têm, permanente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Para ele, na economia brasileira e em economias mercantis, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, da pessoa possuir poder aquisitivo e dispor de renda para adquirir alimentos. Deste modo, a variável renda é fortemente relacionada à insegurança alimentar (fome).

Na última década, o País vivenciou uma gama de políticas de transferência de renda e de combate à fome, tais como o Bolsa Família e o Fome Zero voltados à erradicação da fome e diminuição das desigualdades sociais. Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no período de 1990 a 2012, o Brasil reduziu a pobreza, a extrema pobreza e a fome de 25,5% para 3,5%. No entanto, conforme aponta Panigassi *et al.* (2008), é necessário que o olhar sobre a insegurança alimentar que englobe tanto o problema da situação de insuficiência alimentar (fome) em grupos mais vulneráveis da população brasileira quanto às características qualitativas da dieta, buscando identificar os seus desvios das recomendações nutricionais.

Para Tardido e Falcão (2006), a recente modernização³ da sociedade contribuiu para uma transição nutricional com o crescimento de uma dieta rica em gorduras, açúcares, alimentos refinados e redução em carboidratos complexos e fibras, além do aumento do sedentarismo entre os indivíduos, contribuindo para o aumento da obesidade e de doenças relacionadas à má alimentação, tais como: a diabetes tipo II e a hipertensão. Para elas, o que se observa no Brasil recentemente é o declínio da desnutrição entre crianças e adultos e a ampliação das taxas de sobrepeso e obesidade. Destaca-se ainda, no Brasil, o aumento da obesidade entre as famílias de baixa renda.

³ “Modernização é a passagem de uma sociedade tradicional, onde predominam relações familiares, particularísticas, difusas com grupos locais estáveis, limitada mobilidade social e pouca diferenciação ocupacional, a uma sociedade moderna, caracterizada por normas universalísticas, pela valorização do desempenho, pela alta mobilidade social, pelo desenvolvimento do sistema ocupacional, pelo sistema de classes menos rígido, entre outros laços. Há uma correlação positiva entre vários aspectos envolvidos na idéia de modernização – econômicos, sociais, demográficos, culturais e políticos” Tardido e Falcão (2006).

Em um estudo sobre os custos da obesidade e doenças relacionadas, no mundo e no Brasil, Bahia e Araújo (2014) apontaram que pesquisas recentes mostraram que as taxas de sobrepeso e obesidade têm aumentado, ao longo dos últimos quatro anos, de 43% para 48,1%, e de 11% para 15%, respectivamente. Além disso, elas estimam que nos Estados Unidos, o gasto per capita com um indivíduo obeso é cerca de 42% a 100% maior do que um indivíduo com peso normal. No Brasil, estimou-se que o SUS gasta anualmente cerca de R\$ 3,6 bilhões com o tratamento de doenças relacionadas ao sobrepeso e obesidade, sendo R\$ 2,4 bilhões com o tratamento hospitalar (68%) e R\$ 1,2 bilhão (32%) com o tratamento ambulatorial. Esses custos são significativos, e os dados demonstram que são crescentes, dada a ampliação dos casos de obesidade e sobrepeso entre a população.

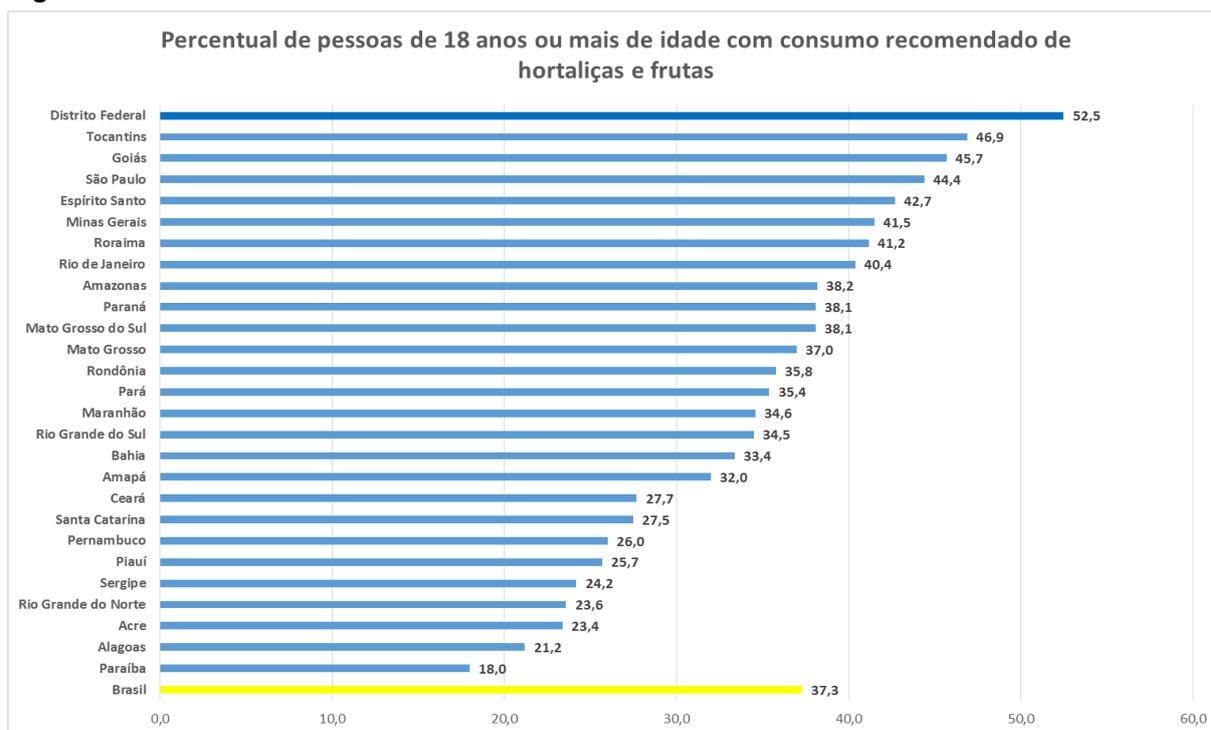
Neste estudo, trabalharemos com o tema da Segurança Alimentar em quatro momentos: o primeiro apresentará informações sobre o consumo de alimentos saudáveis, o segundo, sobre o consumo de alimentos pouco nutritivos, o terceiro apresentará dados do índice de Massa Corporal da população, e o quarto, análise dos resultados da escala de insegurança alimentar no DF. Os três primeiros momentos analisarão os dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - Pense abordando aspectos voltados à qualidade da alimentação e as respectivas recomendações nutricionais e as estatísticas de sobrepeso e obesidade. O último bloco, as informações do Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013 sobre segurança alimentar e focará nos aspectos de insuficiência alimentar fortemente relacionada ao fator renda.

2. CONSUMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

O consumo de frutas e hortaliças estão neste estudo como parâmetros para indicar a ingestão de alimentos saudáveis. Para a Pesquisa Nacional de Saúde, considera-se o uso recomendado de alimentos saudáveis o consumo de 400 gramas, equivalente a cinco porções diárias de frutas e/ou hortaliças. Na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, não é possível verificar este mesmo consumo recomendado, pois as categorias utilizadas na pesquisa indicam a frequência semanal de consumo de hortaliças e frutas. Portanto, neste quesito, não será possível comparar o consumo desses alimentos entre os dois grupos etários.

Em relação ao consumo recomendado de frutas e hortaliças por pessoas com mais de 18 anos, os resultados da PNS indicam que 37,3% da população brasileira nesta faixa etária faz o consumo recomendado desses alimentos. Entre as unidades da Federação, o Distrito Federal é o que possui maior percentual da população, 52,5%, 15,2 p.p. de diferença em relação ao percentual brasileiro. Destaca-se ainda que todos os estados da Região Nordeste possuem percentual de pessoas que consomem a quantidade recomendada de hortaliças e frutas inferior ao observado no Brasil. Além disso, todos os estados da Região Sudeste apresentam melhores resultados se compararmos aos dados nacionais. É evidente a diferença do percentual de pessoas que consomem a quantidade recomendada de hortaliças e frutas entre os estados. Entre eles, estão o Distrito Federal e Tocantins com o melhor percentual. A diferença entre esses dois estados é de 5,6 p.p., maior diferença entre os resultados de todos os estados, indicando mais uma vez a boa colocação do Distrito Federal em relação a esta questão.

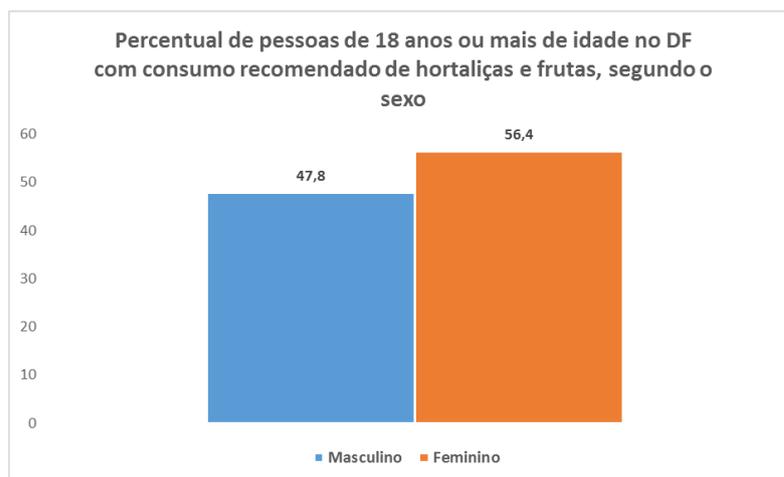
Figura 1



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

As próximas informações fornecem um perfil das pessoas do Distrito Federal que fazem o uso recomendado de frutas e hortaliças. A primeira informação relevante é em relação à distribuição dos resultados segundo sexo. Nessa comparação é maior o percentual de mulheres que fazem o consumo adequado destes alimentos em relação aos homens. Entre os homens do Distrito Federal, 47,8% consomem o recomendado de frutas e hortaliças, entre as mulheres esse percentual é de 56,4%. Ou seja, mais de 50% dos homens do Distrito Federal não consomem o volume recomendado de frutas e hortaliças, tornando-se um público a ser mais observado nas ações de promoção voltadas à alimentação saudável.

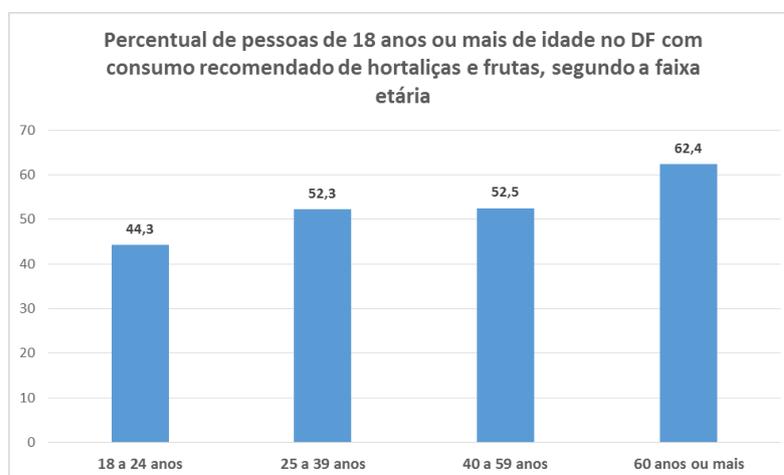
Figura 2



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

Em relação ao perfil etário das pessoas com mais de 18 anos que consomem o volume recomendado de hortaliças e frutas, esta ingestão é maior nas faixas etárias mais elevadas da população. A população com mais de 60 anos apresenta os maiores percentuais de consumo entre as demais faixas etárias, 62,4%, o que pode demonstrar maior preocupação e atenção com os hábitos alimentares. Entre as pessoas com 18 a 24 anos, esse percentual é de 44,3%. Entre as pessoas com 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, o percentual de consumo é bem semelhante, de 52,3% e 52,5%, respectivamente.

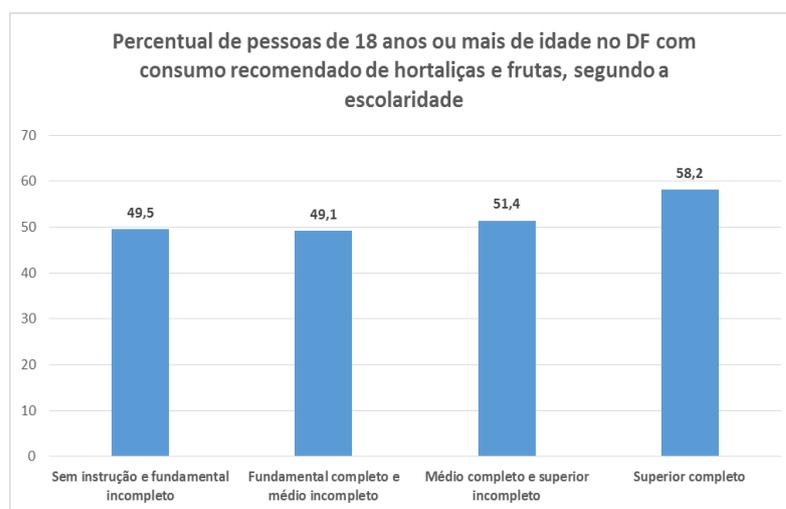
Figura 3



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

Ao se analisar o perfil das pessoas com mais de 18 anos que fazem o uso recomendado de frutas e hortaliças, segundo escolaridade, observamos uma leve tendência de ampliação desta ingestão, conforme se amplia a escolaridade. A maior diferença nesta tendência de melhoria do consumo de alimentos considerados saudáveis é entre as pessoas com ensino superior completo em relação com as de ensino médio completo e superior incompleto, diferença de 6,8 p.p.. Entre as pessoas sem instrução ou fundamental incompleto, 49,5% informaram na pesquisa ingerir a quantidade recomendada de hortaliças e frutas, entre as pessoas com fundamental completo e médio incompleto, esse percentual é de 49,1% e entre os com médio completo ou superior incompleto, esse percentual passa para 51,4%.

Figura 4



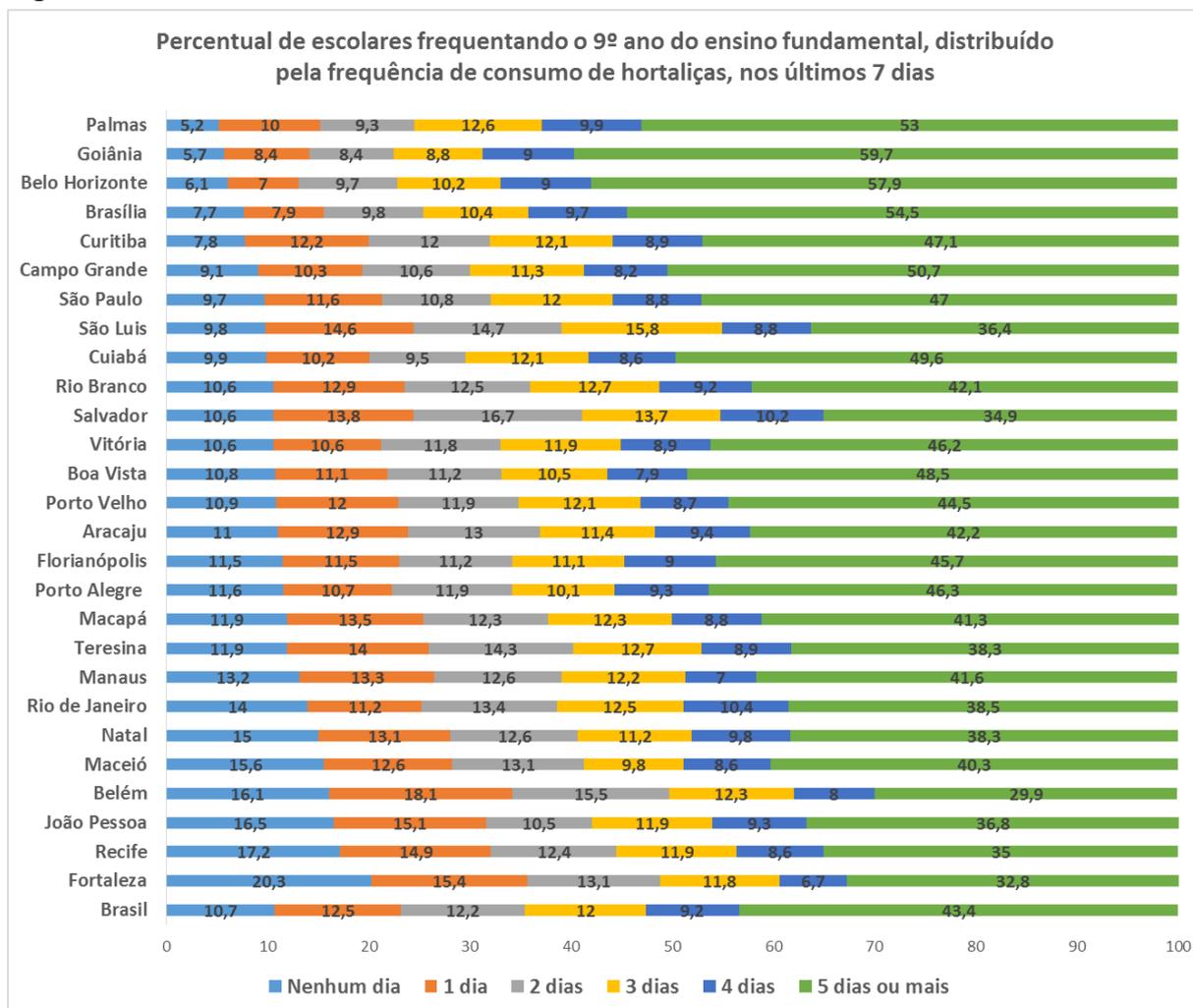
Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

A fim de complementar as informações sobre consumo de alimentos saudáveis, apresentamos as informações coletadas pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. A amostra desta pesquisa é representativa para o Brasil, para as regiões e para as capitais. Como a forma das perguntas não seguiu o mesmo modelo das questões da Pesquisa Nacional de Saúde, neste item não será possível efetuar comparações entre as respostas obtidas para o Brasil e Brasília. Portanto, neste caso, os dados a seguir ilustram a frequência de consumo de hortaliças e frutas pelos escolares que frequentavam o 9º ano, ou seja, que possuem idade aproximada entre 14 e 15 anos.

No Brasil, o percentual de estudantes que relataram consumir hortaliças em nenhum dia da semana foi de 10,7%. Cerca de 25% dos escolares informaram que consomem esse alimento uma ou duas vezes na semana, e 43,4% relataram consumir esse alimento cinco dias ou mais por semana. Em Brasília, esses dados são um pouco melhores, 54,5% dos escolares relataram ingerir hortaliças cinco vezes ou mais por semana. Também foi inferior o percentual de adolescente que não consome este alimento em nenhum dia da semana, 7,7%.

Considerando como um parâmetro ruim o consumo de nenhuma hortaliça ao longo da semana, Brasília, em comparação com as demais capitais, desponta como a quarta capital com o menor percentual desta situação, ficando atrás de Goiânia, Belo Horizonte e Palmas.

Figura 5

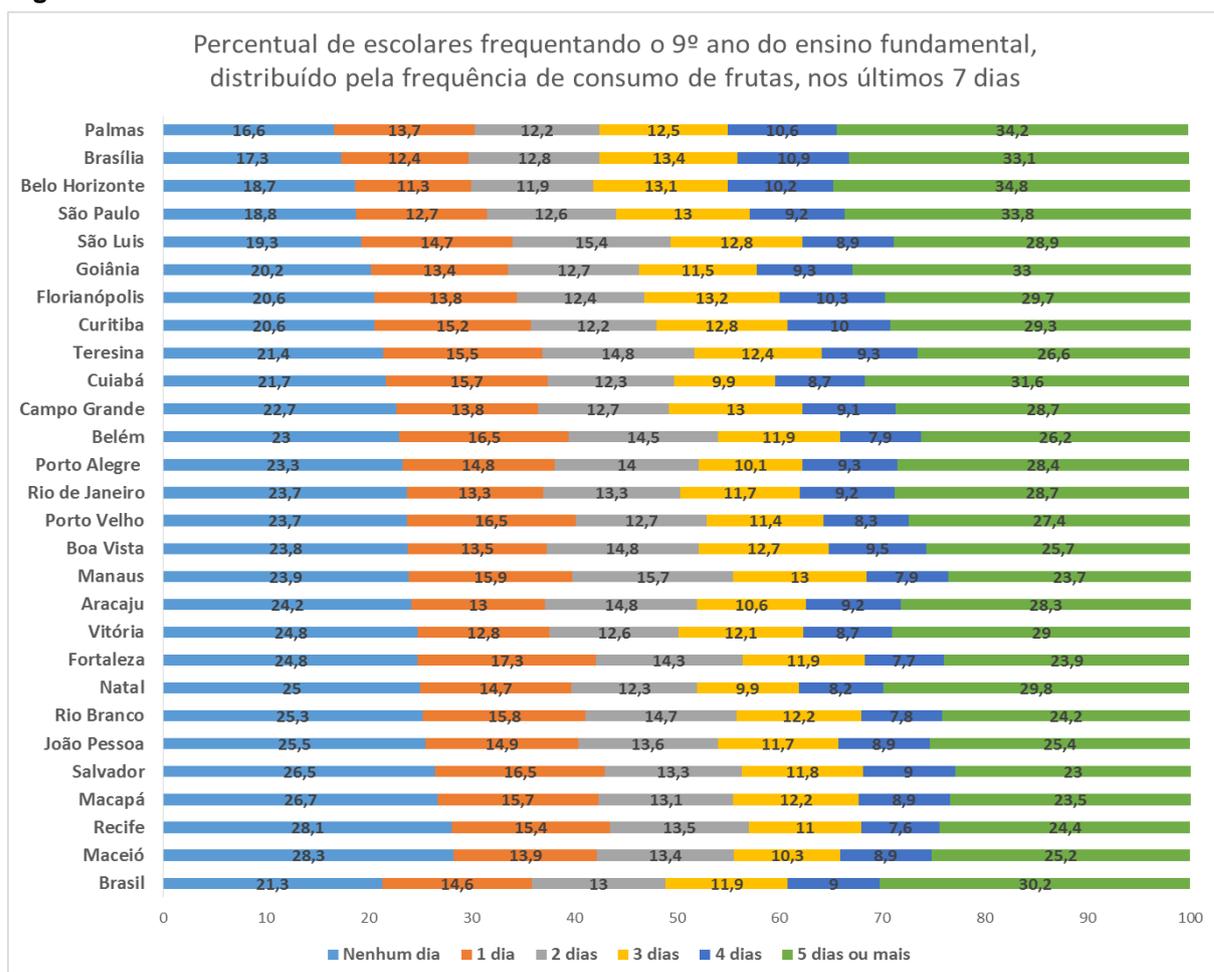


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE/IBGE - 2012

Em relação ao consumo de frutas, o resultado observado é pior do que o resultado obtido no consumo de hortaliças. No Brasil, 21,3% dos escolares responderam que consumiram nenhuma fruta nos últimos sete dias. Em Brasília, essa situação é um pouco melhor com 17,3% dos escolares respondendo que ingeriram nenhuma fruta nos últimos sete dias. Entre os estudantes que relataram ter consumido frutas em cinco dias ou mais nos últimos sete dias, temos o percentual bem próximo para o Brasil, 30,2% e para Brasília, 33,1%.

Considerando como um parâmetro ruim o consumo de nenhuma fruta ao longo da semana, Brasília, em comparação com as demais capitais, desponta também no consumo de hortaliças, como a quarta capital com o menor percentual desta situação, ficando atrás de Goiânia, Belo Horizonte e Palmas. Ou seja, é observada a mesma tendência, entre os estudantes das capitais, o consumo de hortaliças e/ou frutas.

Figura 6



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE/IBGE - 2012

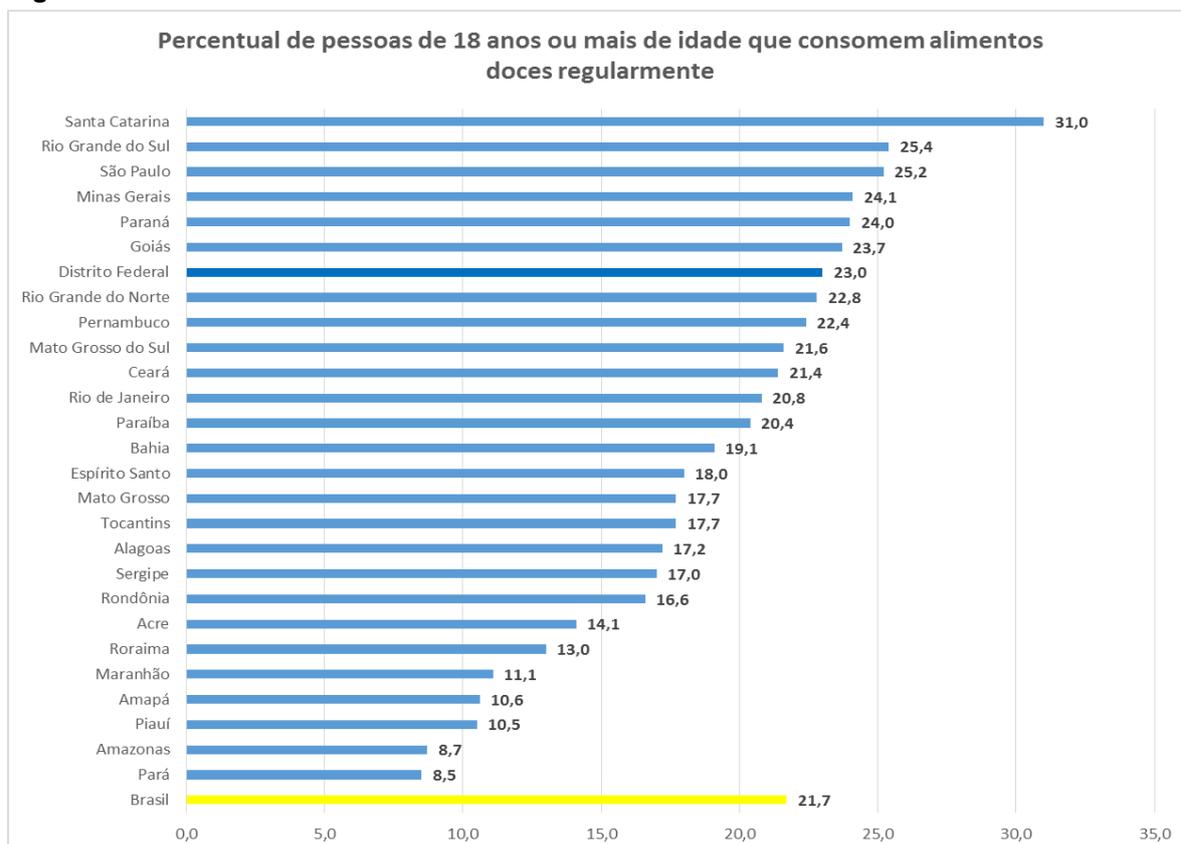
3. CONSUMO DE ALIMENTOS POUCO NUTRITIVOS

Neste bloco, iremos apresentar o consumo de alimentos pouco nutritivos, identificados neste estudo como: doces e guloseimas, refrigerantes e lanches tipo pizza ou salgado. Para essas categorias, será possível estabelecer algumas relações para os resultados obtidos pela PNS e pela PENSE.

O consumo de doces ou guloseimas é apresentado nas informações das figuras a seguir. A informação considera o percentual de pessoas com mais de 18 anos que consomem doces regularmente. Considera-se, pela Pesquisa Nacional de Saúde, o consumo regular de doces a ingestão deste alimento em cinco dias ou mais por semana. No Brasil, o percentual de pessoas que fazem a ingestão de alimentos doces mais de cinco dias na semana é de 21,7%. A população do Distrito Federal possui um consumo superior a esse percentual observado no Brasil, com 23%. O Distrito Federal é um dos estados em que o percentual da população faz um dos maiores consumos de alimentos doces, ficando com o percentual inferior aos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás.

Destaca-se, entre os estados da Região Norte, Amazonas e Pará com os menores percentuais de consumo regular de doces. Além disso, o Estado de Santa Catarina se destaca frente aos demais com o maior consumo deste alimento e com diferença de 6 p.p. no consumo para o estado seguinte, Rio Grande do Sul.

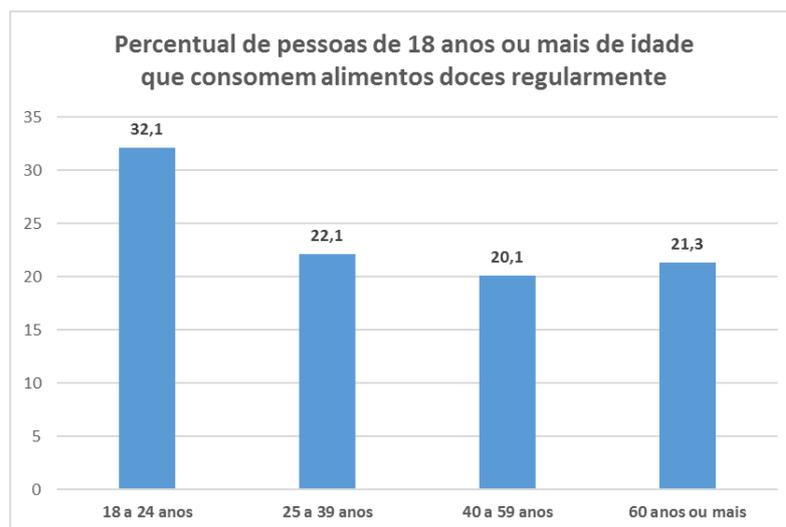
Figura 7



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

Ao analisarmos o perfil de consumo de doces segundo o sexo, observamos que a distribuição percentual é semelhante entre o sexo feminino e o masculino. São 23% deles que relatam a ingestão diária de doces. Em relação ao consumo regular de doces por faixa etária, fica claro o maior consumo percentual entre as pessoas com 18 a 24 anos. Esse percentual é inferior nas faixas etárias seguintes. Na faixa etária de 25 a 39 anos, 22,1% das pessoas com mais de 18 anos disseram ingerir doces regularmente. Para as pessoas com 40 a 59 anos, esse percentual passa para 20,1% e alcança 21,3% entre as pessoas com 60 anos ou mais.

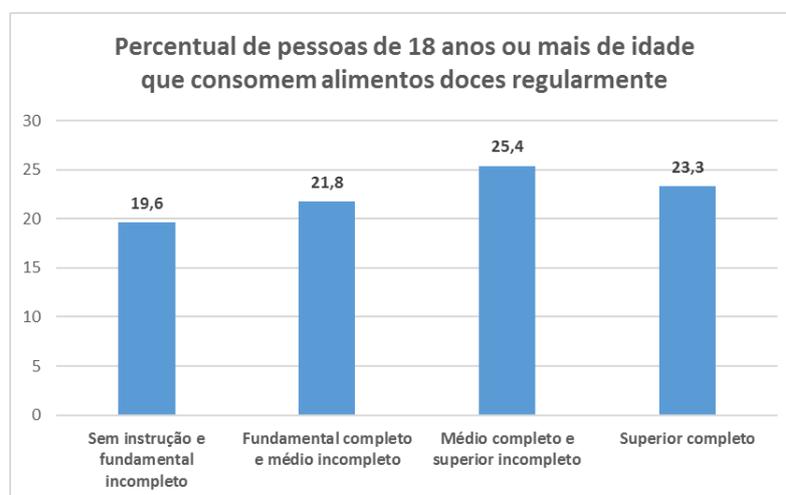
Figura 8



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

A distribuição percentual em relação ao consumo de alimentos doces segundo a escolaridade dos indivíduos do Distrito Federal é um pouco semelhante. Os indivíduos com ensino médio completo ou superior incompleto fazem parte do grupo que percentualmente mais consome alimentos doces regularmente, 25,4%, seguido dos indivíduos com superior completo, com 23,3%. Os indivíduos com menor escolaridade apresentam os menores percentuais de consumo regular de alimentos doces.

Figura 9

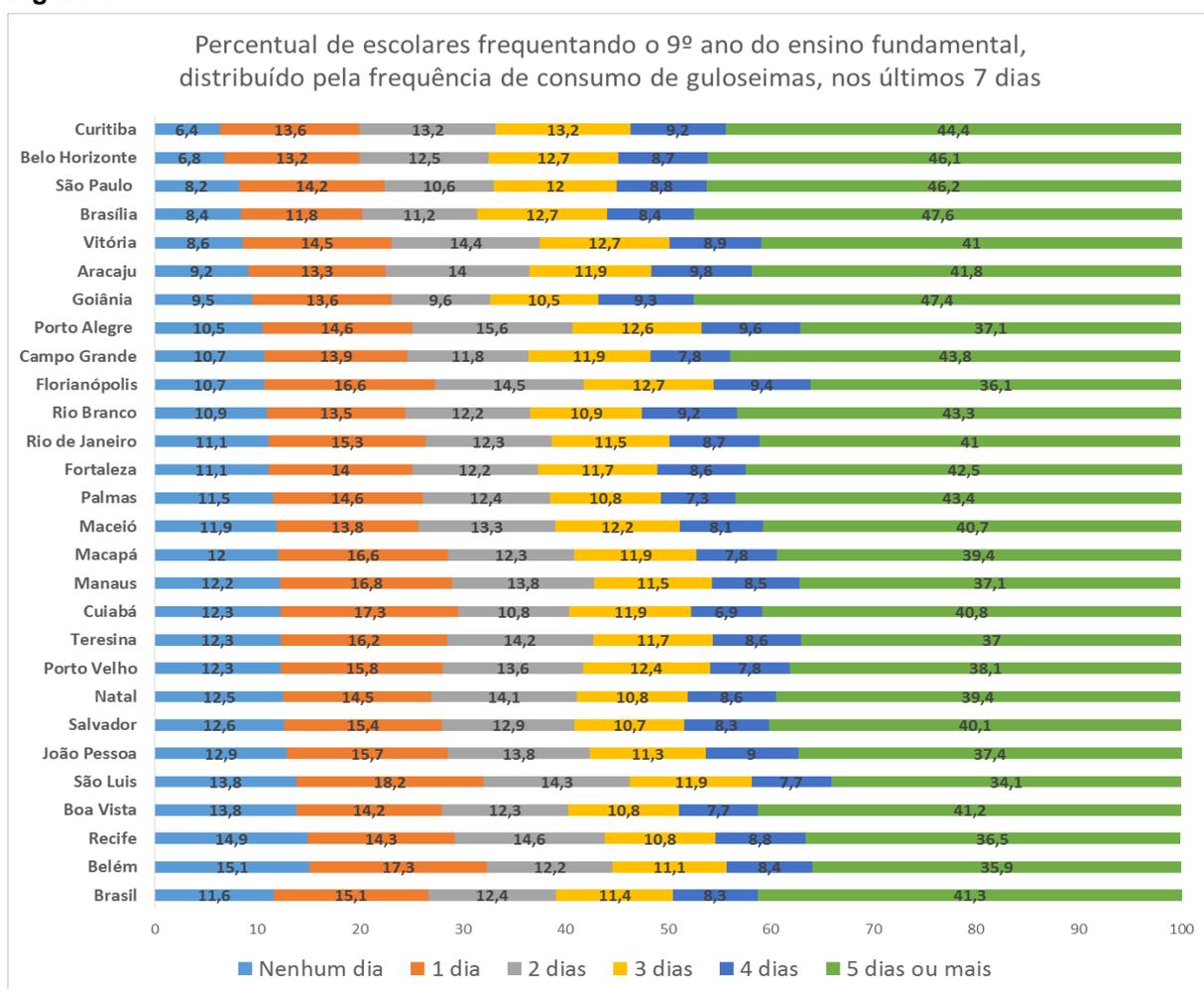


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

Por fim, apresentamos os dados coletados pela Pense para o Brasil e suas capitais para a frequência de consumo de guloseimas entre os escolares que frequentavam o 9º ano, em relação aos últimos sete dias anteriores à pesquisa. Considera-se pela Pense o consumo de guloseimas o equivalente a doces, balas, chocolates, chicletes, bombons ou pirulitos. Ou seja, alimentos semelhantes aos identificados pela PNS. Além disso, a PNS considera consumo regular a ingestão do alimento cinco dias ou mais por semana. Por estes motivos, podemos efetuar uma comparação entre o percentual de pessoas que consumiram guloseimas e doces em cinco dias ou mais no Brasil e em Brasília.

Observa-se o percentual elevado de consumo de guloseimas entre os escolares do 9º ano em Brasília em cinco dias ou mais, 47,6%, sendo a capital com o maior consumo de guloseimas durante esses dias da semana. Este percentual no Brasil é de 41,3%, e a cidade de Florianópolis é a capital em que esse percentual é o menor entre as capitais, 36,1%. Destaca-se que o percentual de pessoas com 18 anos ou mais entrevistadas pela PNS que consumiam regularmente doces no Distrito Federal era de 23%, já entre os estudantes da 9ª série, esse percentual era de 47,6%.

Figura 10

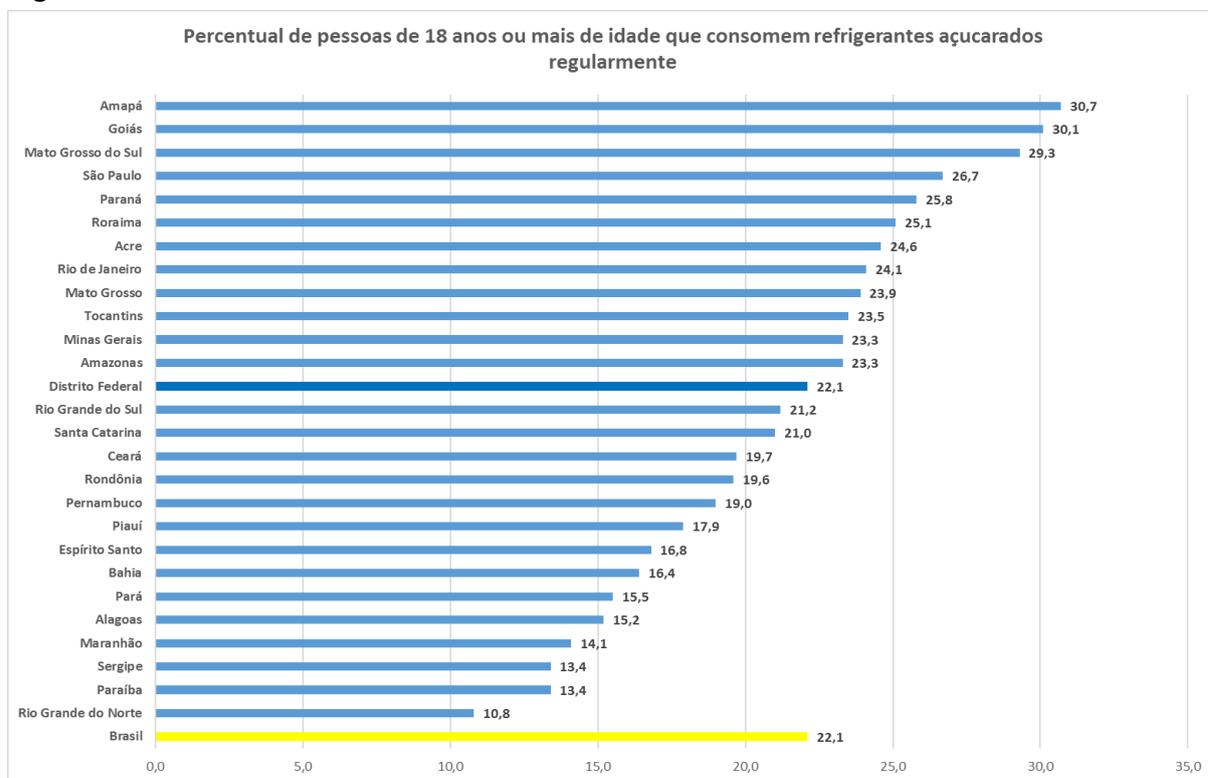


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE/IBGE - 2012

O refrigerante é outro alimento pouco nutritivo e que sua frequência de consumo foi investigada pela PNS e pela Pense. No Brasil, 22% das pessoas com mais de 18 anos relataram a ingestão regular de refrigerantes. No Distrito Federal, esse percentual é o mesmo do observado no país. Destaca-se um grande número de estados da Região

Nordeste em que é baixo o percentual de consumo regular de refrigerante ante a população, com percentuais abaixo de 16% nos estados de Alagoas, Maranhão, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.

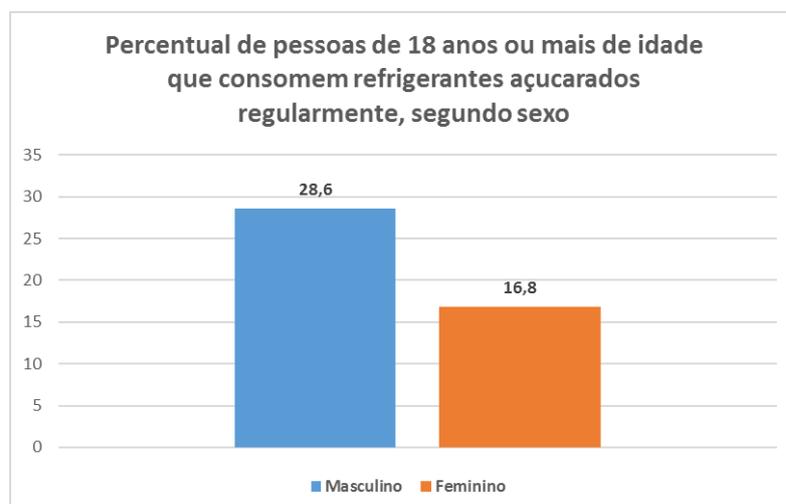
Figura 11



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

O consumo deste alimento é bem desigual entre as mulheres e os homens. Entre os homens, 28,6% ingerem refrigerantes açucarados regularmente. O percentual das mulheres com este mesmo consumo é de 16,8%. Uma diferença de 11,8 p.p. entre ambos os sexos.

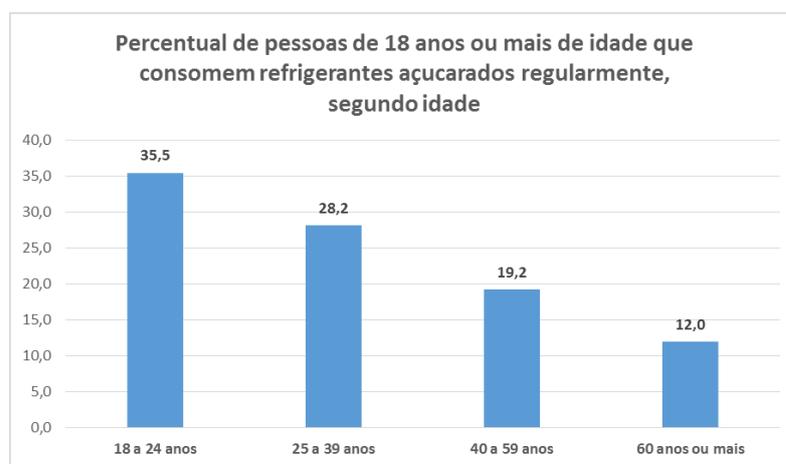
Figura 12



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

Outro fator importante observado no consumo de refrigerantes é o perfil etário da população. Segundo os dados da PNS, as pessoas das faixas etárias mais jovens fazem o maior consumo de refrigerantes açucarados. A diferença de consumo regular de refrigerantes entre as pessoas de 18 a 24 anos em relação às pessoas com mais de 60 anos é de 23 p.p.. A ampliação do consumo regular deste alimento entre as pessoas mais jovens pode ser explicada pela disseminação maior desse alimento nas últimas décadas e na mudança de comportamento alimentar das pessoas, fruto da modernização e urbanização. O percentual de 18 a 24 anos que consomem regularmente refrigerantes açucarados é de 35,5%. Esse percentual passa para 28,2% entre as pessoas com 25 a 39 anos e reduz para 19,2% entre as pessoas com 40 a 59 anos, chegando a 12% entre as pessoas com mais de 60 anos.

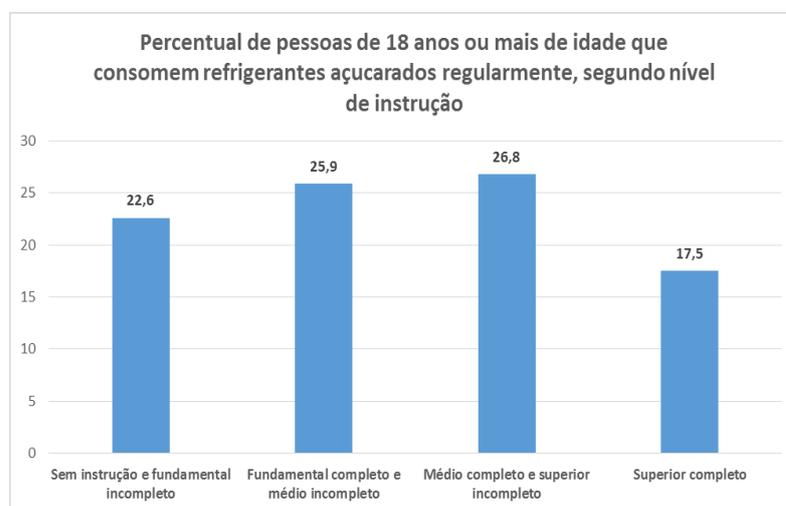
Figura 13



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

O consumo de refrigerantes entre as pessoas com mais de 18 anos, segundo nível de instrução, apresenta pequenas variações. Observa-se uma ampliação do consumo deste alimento entre as pessoas sem instrução e com fundamental incompleto em relação às pessoas com ensino médio completo e superior incompleto e, em seguida, uma redução do percentual entre as pessoas com superior completo. O menor consumo desse alimento é entre as pessoas com superior completo, 17,5%.

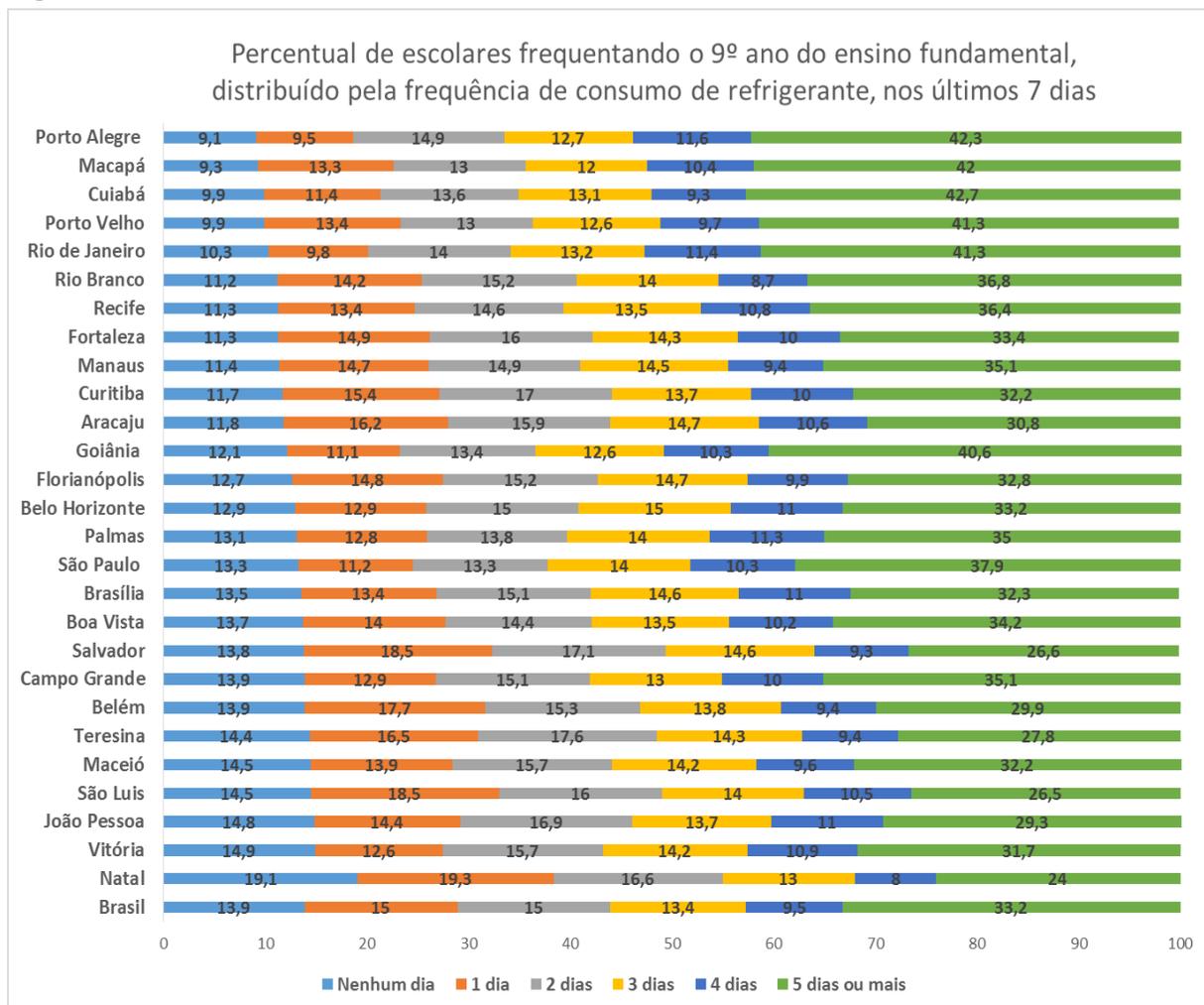
Figura 14



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

A figura abaixo apresenta a informação coletada pela Pense sobre o consumo de refrigerante entre os estudantes do 9º ano do ensino fundamental. O percentual em verde indica o consumo em cinco dias ou mais por semana, mesma frequência considerada regular pela PNS. A partir das informações é possível observar que o percentual de alunos do 9º ano que consomem refrigerantes em cinco dias ou mais da semana em Brasília, 32,3%, é um pouco inferior ao percentual observado no Brasil, 33,2%. Os menores percentuais de consumo de refrigerante em cinco dias ou mais por semana estão nas seguintes capitais da Região Nordeste: Natal, 24%, São Luís, 26,5%, Teresina, 27,8% e João Pessoa, 29,3%.

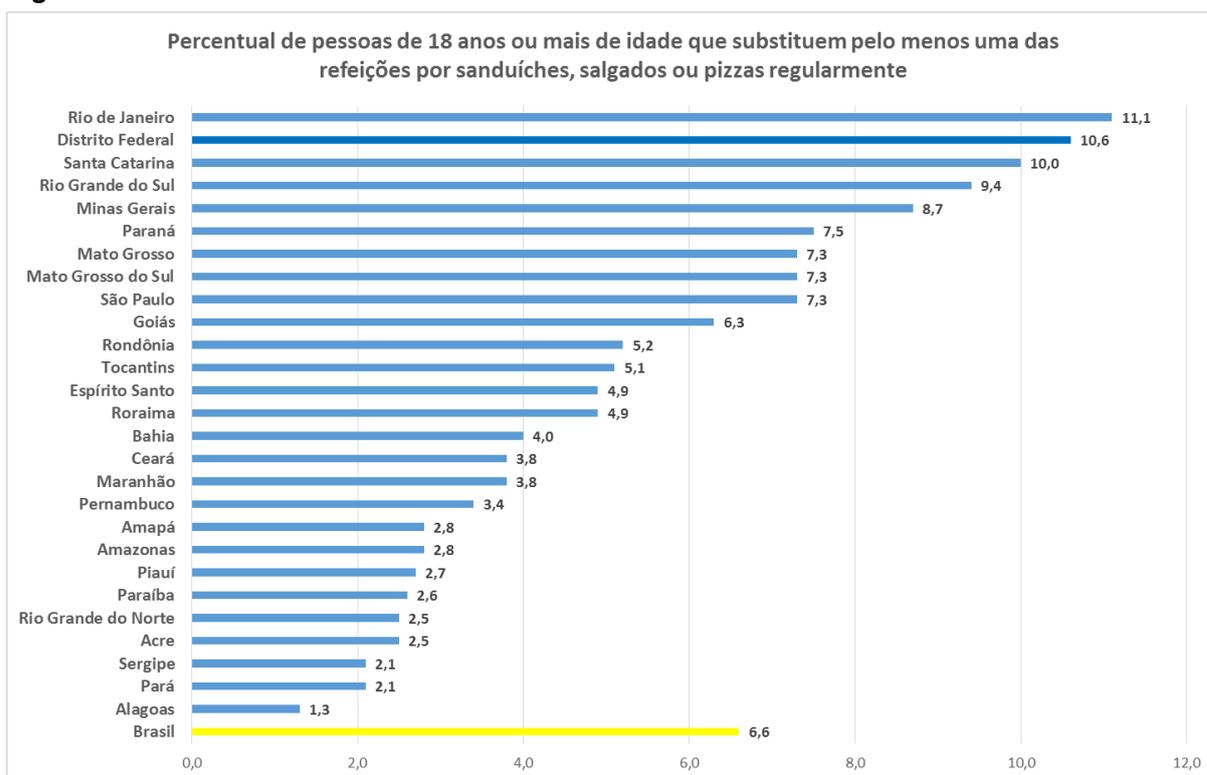
Figura 15



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE/IBGE - 2012

A substituição regular, ou seja, em mais de cinco vezes na semana, de uma das refeições por sanduíches, pizzas e salgado foi outra questão levantada pela PNS que indica o consumo de alimentos com baixo poder nutricional. O Distrito Federal é a segunda unidade federativa com o maior percentual de pessoas com mais de dezoito anos que substituem uma refeição por sanduíches, pizza ou salgado, 10,6%, percentual inferior ao Estado do Rio de Janeiro. No Brasil, essa troca regular é feita por 6,6% das pessoas. Alagoas, Pará e Sergipe são os estados brasileiros em que o menor percentual de população escolhe realizar a troca de uma refeição por lanches.

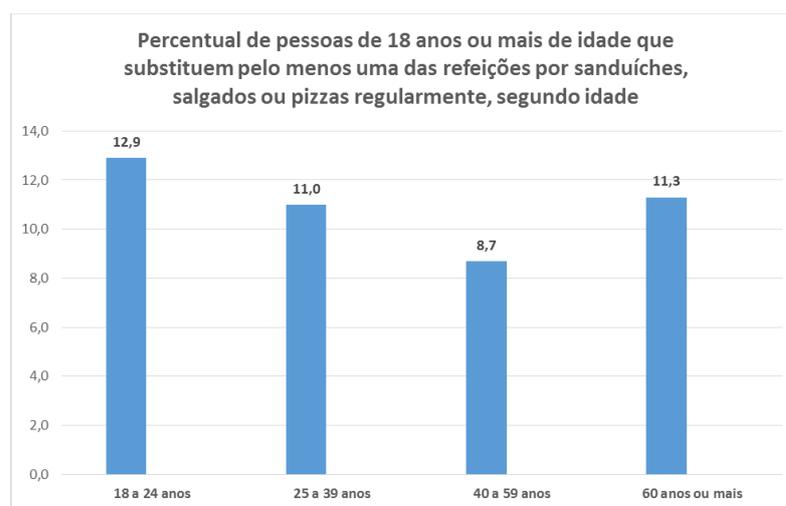
Figura 16



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

No Distrito Federal, o percentual de pessoas que escolhem efetuar essa substituição é semelhante entre os homens e as mulheres, 10,8% e 10,4% respectivamente. Em relação à idade, foi possível observar uma leve tendência das pessoas com 18 a 24 anos optarem por essas substituições. Na faixa etária de 25 a 39 anos, 11% da população opta por essa troca, e 8,7% das pessoas entre 40 a 59 anos realizam essa substituição.

Figura 17

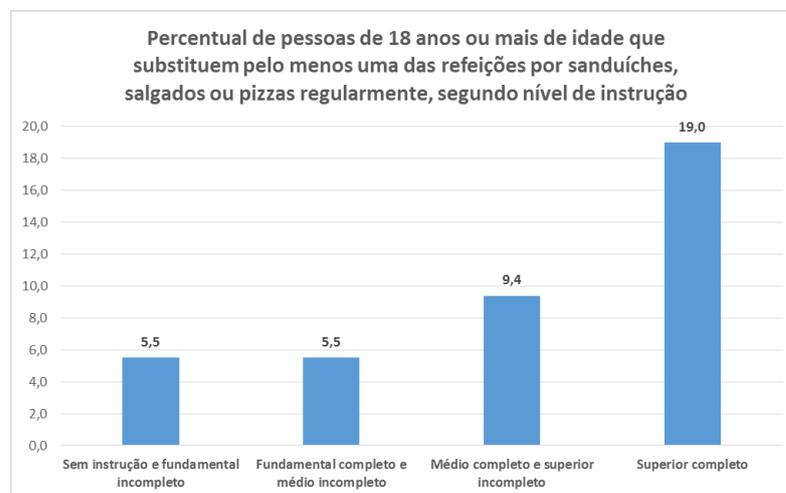


Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

Observa-se uma clara tendência entre as pessoas com maior escolaridade: a substituição, regularmente, de pelo menos uma das refeições por lanches. Entre as pessoas com ensino médio incompleto, temos 5,5% que afirmaram substituir, regularmente, pelo

menos uma das refeições por sanduíches, salgados ou pizzas. Entre as pessoas com ensino médio completo e superior incompleto, esse percentual passa para 9,4%, alcançando o percentual de 19% entre as pessoas com superior completo.

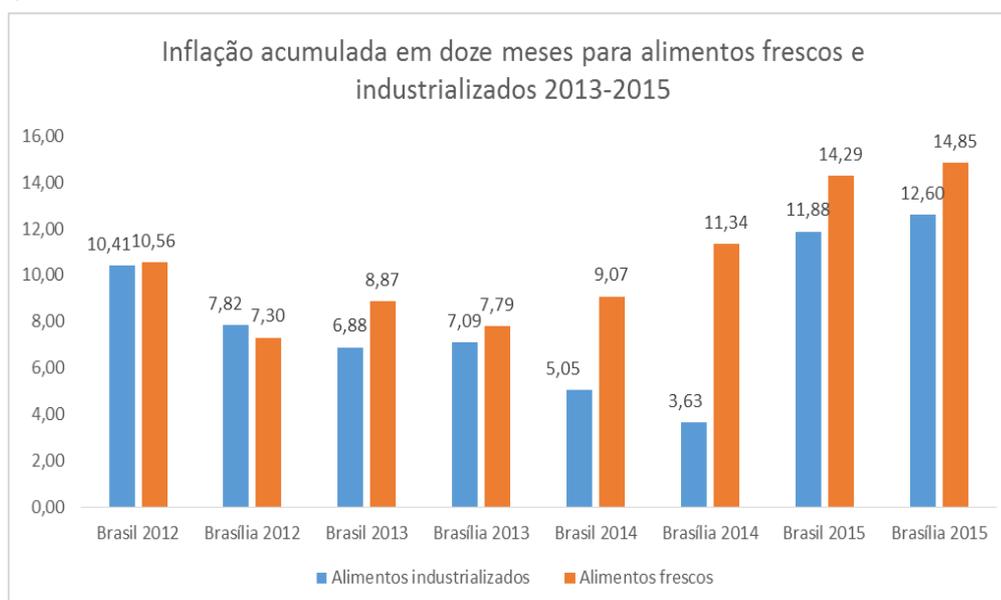
Figura 18



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

Um dos fatores que influenciam a escolha dos alimentos a serem consumidos pelas famílias é o preço dos alimentos. Este fator pode ter um peso ainda maior na escolha das famílias de baixa renda. O gráfico abaixo apresenta o índice de inflação dos alimentos industrializados e frescos no período de 2012 a 2015 para o Brasil e Distrito Federal. Nota-se que a inflação dos alimentos frescos no período 2013-2015 foi maior do que a observada entre os alimentos industrializados, tanto no Brasil quanto no Distrito Federal. Em Brasília, em 2014 e 2015, a inflação dos alimentos frescos foi maior do que a observada para o Brasil. No ano de 2012, observa-se no Brasil uma inflação maior dos alimentos frescos em relação aos industrializados. Já em Brasília, neste período, a inflação dos alimentos industrializados foi um pouco maior.

Figura 19



Fonte: IPCA/SIDRA/IBGE

4. ÍNDICE DE MASSA CORPORAL - IMC

O Índice de Massa Corporal - IMC pode ser considerado o parâmetro de mensuração mais rápido para obter a informação se uma pessoa adulta está abaixo do peso normal, acima do peso ideal, ou obeso. Este índice é utilizado como padrão internacional pela Organização Mundial de Saúde, sendo calculado pela divisão do peso do indivíduo em relação a sua altura ao quadrado. O resultado obtido deve ser analisado considerando a seguinte quadro:

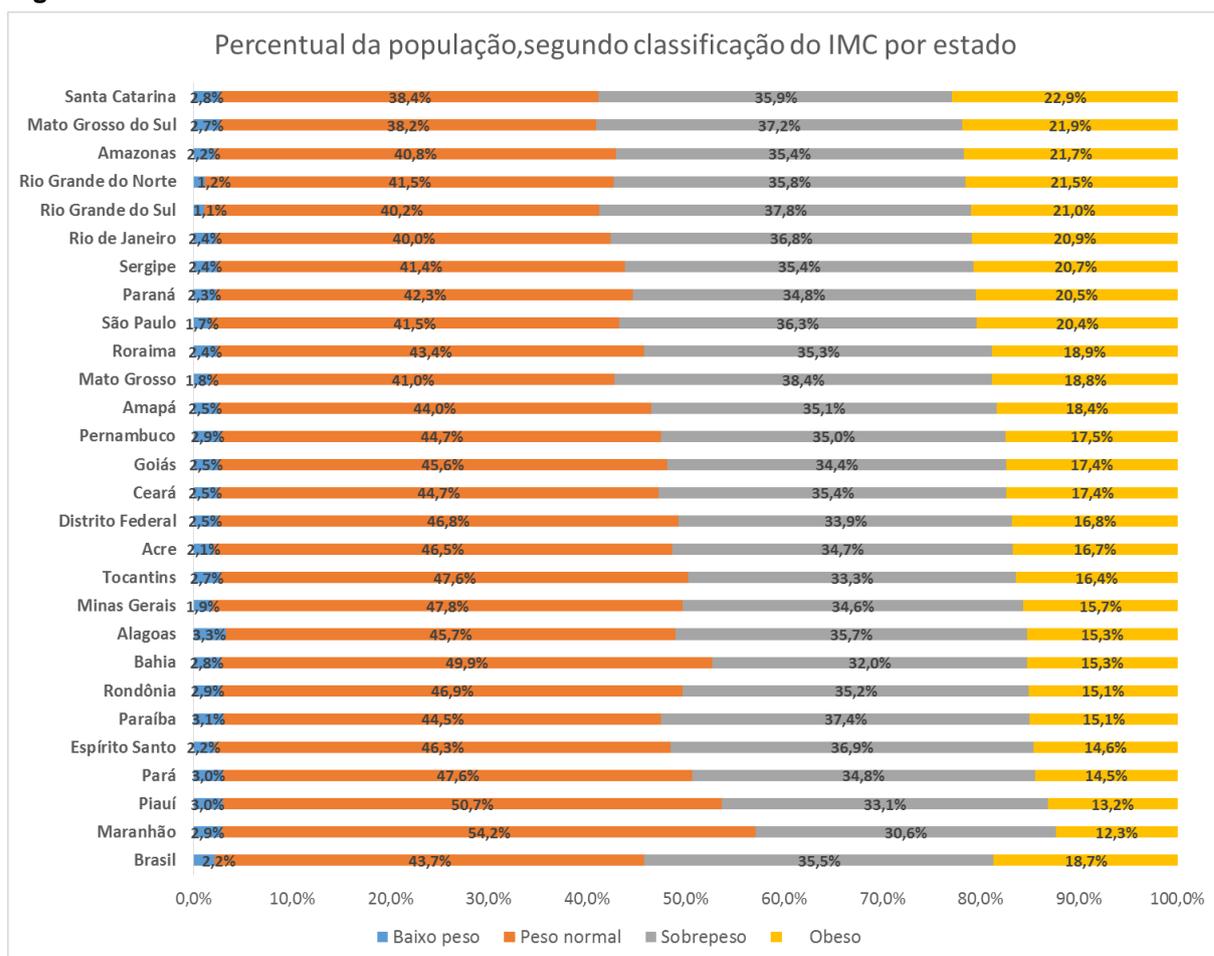
Condição	IMC
Abaixo do peso	abaixo de 18,5
No peso normal	entre 18,5 e 25
Acima do peso	entre 25 e 30
Obeso	acima de 30

Fonte: Adapted from WHO, 1995 - OMS

Destaca-se que este índice é popularmente utilizado nas avaliações nutricionais, contudo, é importante que na análise dos valores de IMC sejam utilizadas também outras medidas corporais tais como: a massa de gordura corporal, o percentual de gordura corporal. Anjos (1992) levantou na literatura as principais críticas sobre o uso deste indicador como parâmetro de referência para estudos epidemiológicos, que seriam: a não mensuração da gordura corporal, a ausência de análise da distribuição da gordura corporal pelo corpo e a diferença de composição corporal entre grupos populacionais. Mesmo diante destas limitações, o IMC ainda é o indicador de referência adotado pela Organização Mundial de Saúde devido à inexistência de outro indicador simples, conveniente e de fácil mensuração.

Os dados apresentados na Figura 20 (PNS de 2013) mostram o percentual da população segundo classificação do IMC por estado. Os dados demonstram que mais de 50% da população do Brasil está com sobrepeso (35,5%) ou obesa (18,7%). No Distrito Federal, esse percentual é um pouco melhor: 16,8% das pessoas são obesas e 33,9% estão com sobrepeso. Os estados com maior percentual de pessoas com obesidade são: Santa Catarina, 22,9%, Mato Grosso do Sul, 21,9% e Amazonas, 21,7%. Os estados com o menor percentual da população em obesidade são: Maranhão, 12,3%, Piauí, 13,2% e Pará, 14,5%. Não foi possível analisar as informações de IMC para o Distrito Federal por faixas etárias e por sexo porque os resultados não foram significativos.

Figura 20



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

5. ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA é utilizada para estimar a magnitude da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros. O IBGE coletou as informações necessárias para calcular essa escala nas PNADs de 2004, 2009 e 2013. Com a aplicação dessa escala é possível identificar e classificar as unidades domiciliares, conforme os graus de severidade com que o fenômeno de insegurança alimentar é vivenciado pelas famílias.

Segundo o IBGE (2013), a EBIA fornece informações estratégicas que permitem identificar e quantificar os grupos sociais em risco de insegurança alimentar, seus determinantes e consequências. A escala é uma ferramenta considerada de excelente relação custo-efetividade sendo utilizada, desde a década de 1990, em vários países, classificando diante dos diversos contextos quatro graus de severidade da insegurança alimentar, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Descrição dos graus de (in) segurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de Alimentos.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010

A construção da EBIA se dá a partir da pontuação final do somatório das respostas afirmativas às 14 questões apresentadas na Tabela 2. A pontuação estabelece pontos de corte que correspondem aos construtos teóricos sobre segurança alimentar, delimitados no quadro de descrição dos graus de (in)segurança alimentar.

Tabela 2 - Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Nr.	Pergunta
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não tinha dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2013 registrou 65,3 milhões de domicílios particulares no Brasil. Destes, 50,5 milhões (77,4%) estavam em situação de Segurança Alimentar (SA). Residiam nesses domicílios 149,4 milhões de pessoas. O restante dos 22,6% dos domicílios apresentava algum grau de insegurança alimentar, sendo: 14,8% possuíam grau de insegurança alimentar leve, 4,6% apresentavam grau de segurança alimentar moderada e 3,2% possuíam grau de insegurança alimentar grave, conforme os parâmetros estabelecidos pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

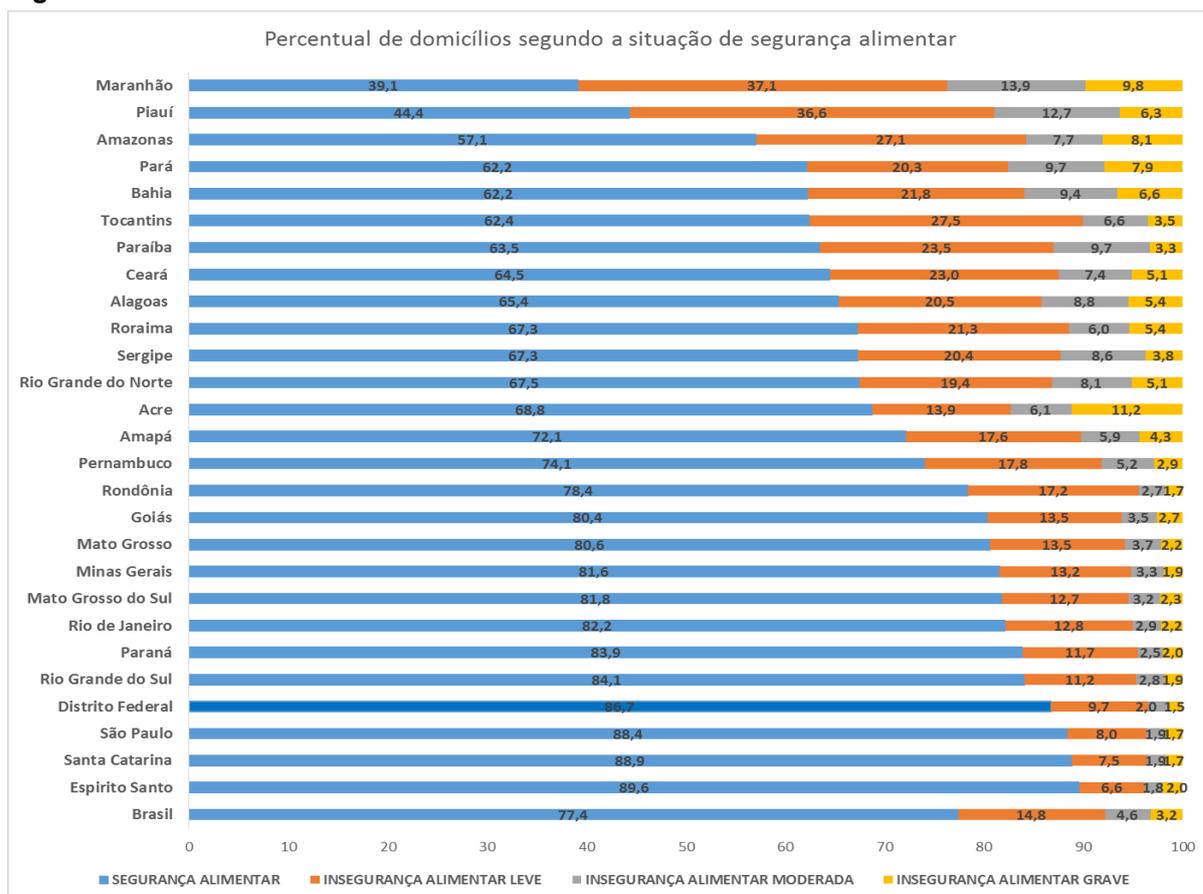
Entre os estados brasileiros, o Espírito Santo é com maior percentual de domicílios em situação de segurança alimentar, 89,6%. No outro extremo, o Estado do Maranhão apresenta a pior situação, com 39,1% dos domicílios com segurança alimentar. O Distrito Federal vem em quarta posição com o melhor percentual de domicílios em segurança alimentar.

Em relação ao grau de insegurança alimentar grave, o Distrito Federal é a unidade da Federação com o menor percentual de domicílios nesta situação, 1,5%, o que

corresponde a 45 mil pessoas nesta situação. O Acre apresenta o pior indicador nesta categoria, com 11,2% dos domicílios com situação de insegurança alimentar grave, que corresponde à redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças, ou fome.

Observa-se ainda no Distrito Federal a existência de 2,0% dos domicílios, abrigando 61 mil pessoas com situação de insegurança alimentar moderada e 9,7% dos domicílios em situação de insegurança alimentar leve, com 329 mil pessoas nesta condição. Ou seja, no Distrito Federal temos 437 mil pessoas com algum grau de insegurança alimentar.

Figura 21

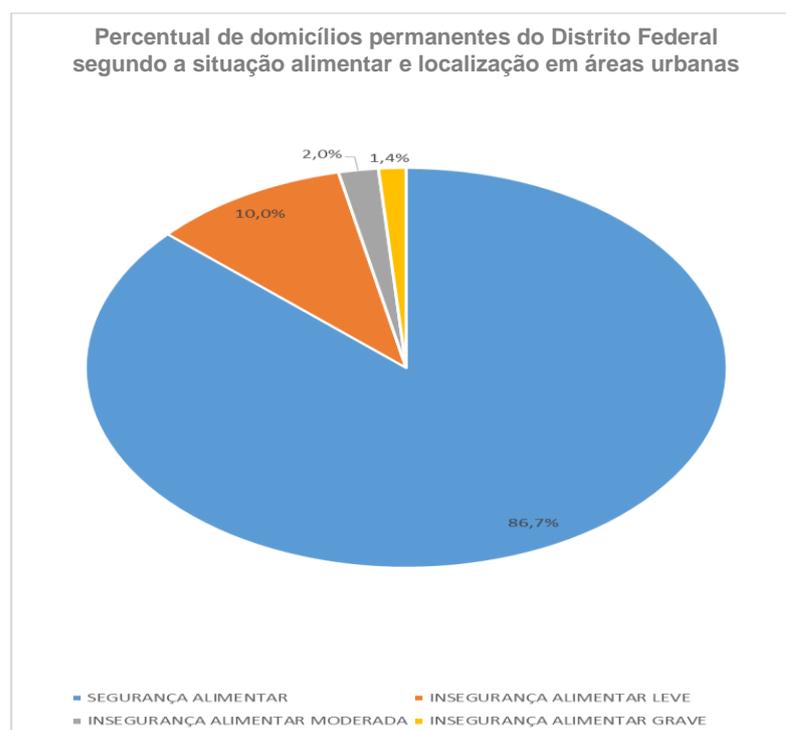


Fonte: Pesquisa Nacional de por Amostra de Domicílios/IBGE/2013

Os dados a seguir mostram o detalhamento das informações sobre a situação alimentar do Distrito Federal, com o objetivo de identificar o perfil da população em cada situação de segurança alimentar. A primeira informação é sobre o percentual de domicílios segundo sua localização. Devido aos resultados obtidos do coeficiente de variação para este cruzamento somente foi possível analisar os resultados da área urbana. Nos dados coletados, entre os domicílios urbanos, temos 10% com insegurança alimentar leve, 2,0%, com insegurança alimentar moderada e 1,4%, com insegurança alimentar grave.

Segundo os dados, do estudo publicado pela Codeplan⁴, que calculou o Índice Multidimensional da Pobreza no Distrito Federal, contava com 5.862 famílias em situação crítica, 67% viviam em área urbana, mas existia uma concentração considerável dessas famílias em zona rural. As informações sobre a população residente na área rural sempre são mais difíceis de serem coletadas. Seria importante que o Distrito Federal formulasse mais ações e estudos sobre essa população, pois normalmente são grupos com maior dificuldade de acesso aos equipamentos públicos e políticas públicas.

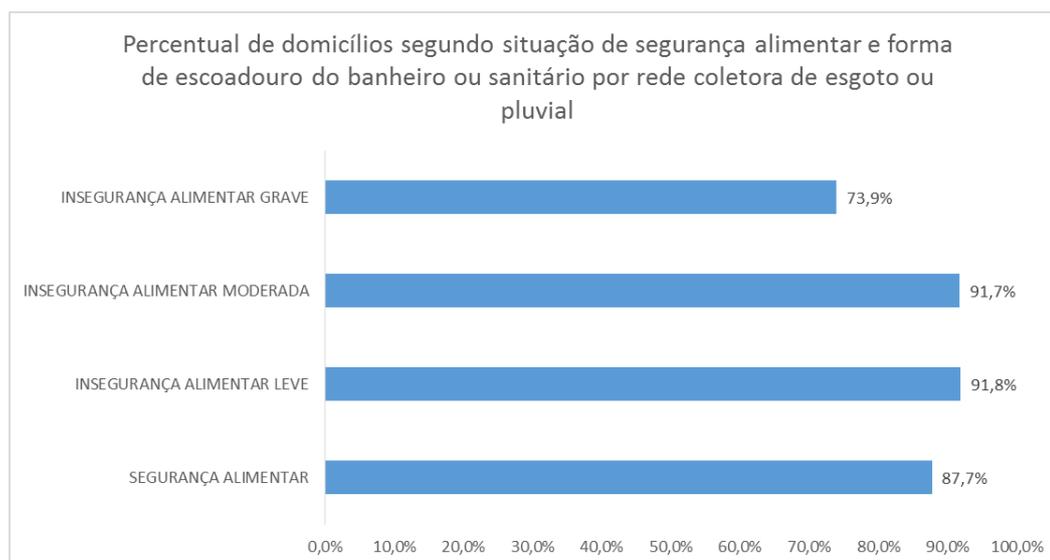
Figura 22



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde/IBGE/2013

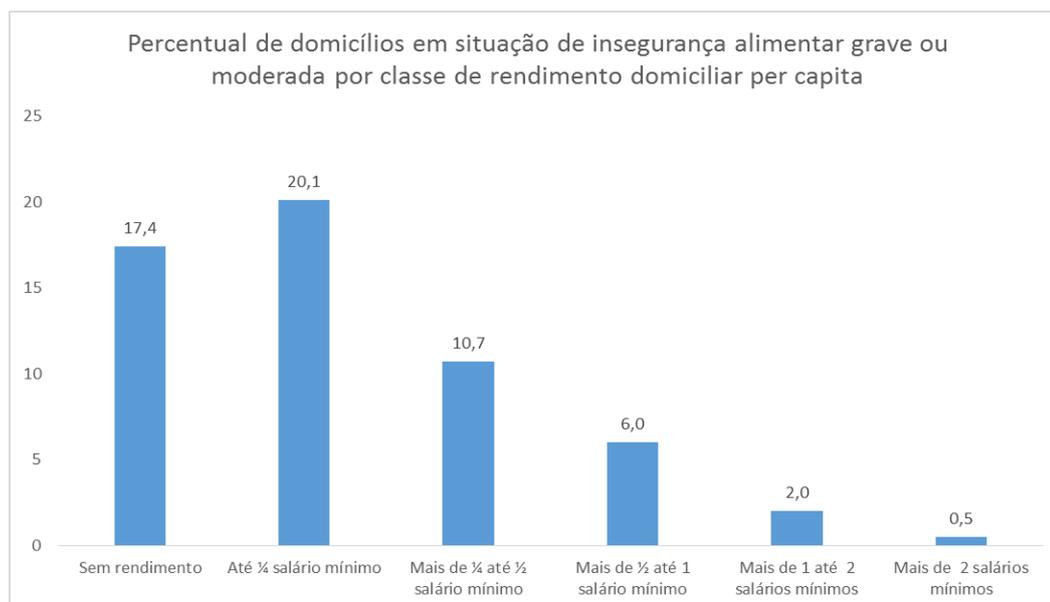
Ao se avaliar a forma de escoamento do banheiro ou sanitário dos domicílios do Distrito Federal em relação aos graus de segurança alimentar, os domicílios com situação de insegurança alimentar grave possuem menor percentual de tipo de escoamento pela rede geral de esgoto. Enquanto que 87,7% dos domicílios com segurança alimentar possuem acesso à rede de esgotamento sanitário esse percentual é de 73,9% para os domicílios em situação de insegurança alimentar grave. Devido ao elevado valor dos coeficientes de variação para as demais formas de escoamento sanitário não foi possível apresentar os demais resultados.

⁴ Índice Multidimensional de Pobreza (IMP): As Dimensões da Pobreza no Distrito Federal e suas Políticas de Enfrentamento - Texto para Discussão - nº 6/setembro-2015. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/TD/TD_6_As_Dimensoes_da_Pobreza_no_DF_e_suas_Politicass_de_Enfrentamento_2015.pdf

Figura 23

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE/2013

Para finalizar as informações sobre as condições dos domicílios segundo a situação de segurança alimentar, destacamos os dados de rendimento domiciliar per capita dos domicílios com situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Como esperado, os maiores percentuais de domicílios com insegurança alimentar possuem as menores rendas domiciliares per capita. Entre os domicílios com renda até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo per capita, temos 20,1% dos domicílios em insegurança alimentar grave ou moderada, 17,4% dos domicílios não possuem rendimento e somente 0,5% dos domicílios possuem rendimento domiciliar superior a 2 salários mínimos.

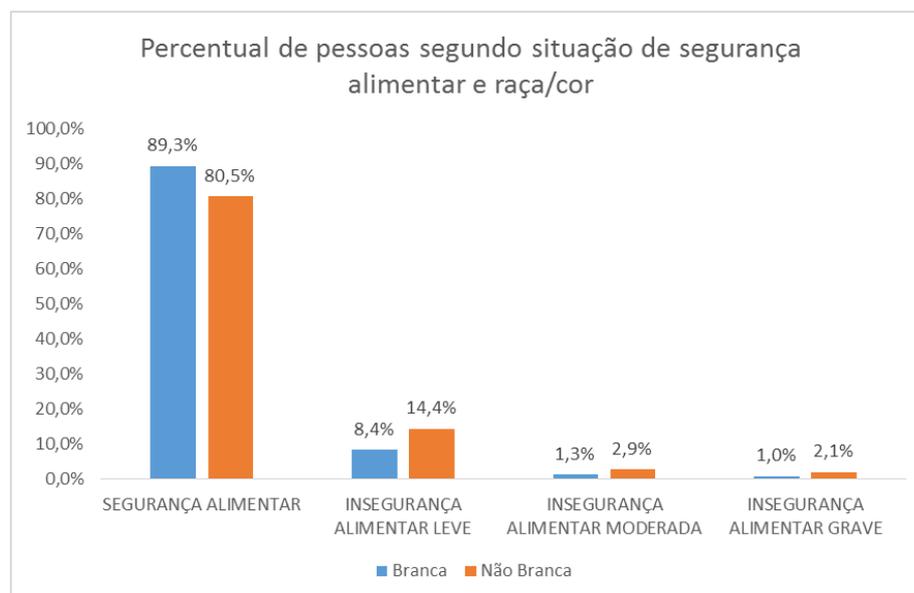
Figura 24

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE/2013

Em relação às características das pessoas, a variável cor/raça é uma importante dimensão a ser avaliada ao analisarmos a situação de segurança alimentar. Os dados demonstram um percentual inferior de pessoas não brancas em situação de segurança

alimentar se compararmos com o grupo de brancos. Entre as pessoas que se autodeclaravam como não brancas, 2,1% residiam em domicílios com insegurança alimentar grave, entre os brancos esse percentual é de somente 1,0%. Diante do grau de insegurança alimentar leve, temos 14,4% que se autodeclaravam não brancas residindo em domicílios com esta situação. Entre os brancos, esse percentual é de 8,4%.

Figura 25

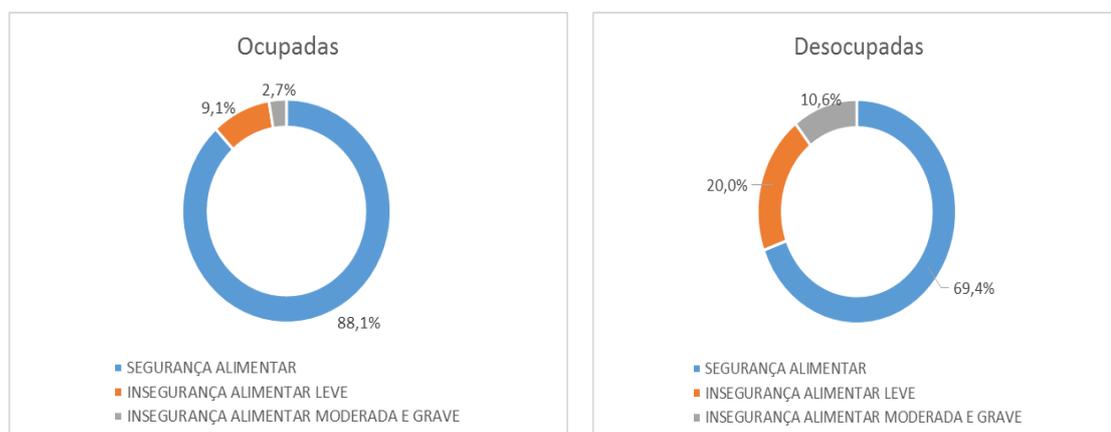


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE/2013

Os dados a seguir apresentam as informações sobre a condição de ocupação das pessoas de referência do domicílio de acordo com a classificação de seu domicílio pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. A partir dos dados apresentados, verifica-se o percentual maior de pessoas de referência desocupadas na semana de referência, residindo em domicílios em situação de insegurança alimentar. Entre as pessoas ocupadas na semana de referência, 88,1% residiam em domicílios com segurança alimentar, e entre as pessoas desocupadas, esse percentual cai para 69,4%. Devido aos altos valores do coeficiente de variação foi necessário neste gráfico agregar as informações dos domicílios em situação de insegurança alimentar grave e moderada.

Figura 26

Percentual de pessoas de referência do domicílio segundo condição de ocupação na semana de referência e situação de segurança alimentar

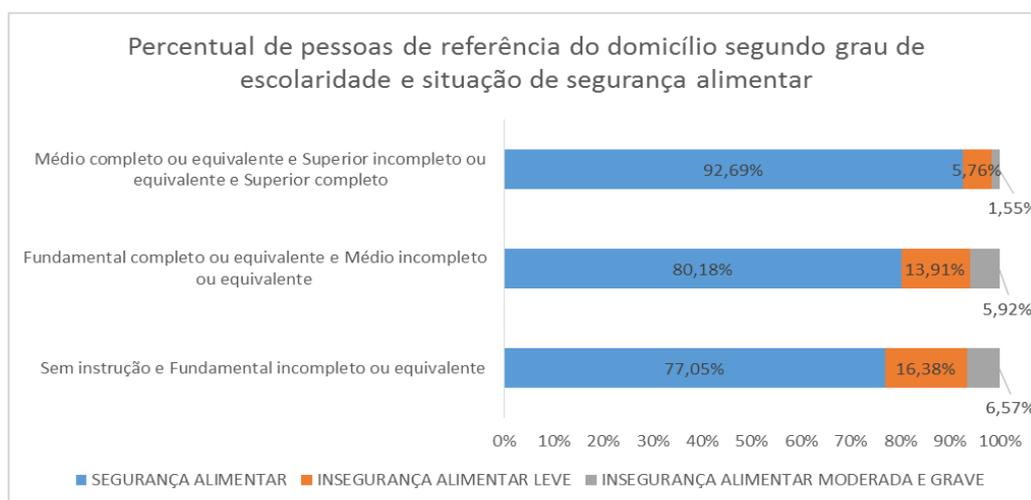


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE/2013

Para completar o perfil das pessoas de referência do domicílio segundo a situação de segurança alimentar, levantamos as informações sobre o grau de escolaridade deles. Verifica-se que os maiores graus de insegurança alimentar estão concentrados nas pessoas de referência com os menores graus de escolaridade. Devido aos altos valores dos coeficientes de variação foi necessário agregar os domicílios com insegurança alimentar moderada e grave e agrupar algumas classes de escolaridade para viabilizar as análises.

Entre as pessoas de referência do domicílio com médio completo e superior incompleto ou completo é baixo o percentual de casos de insegurança alimentar grave ou moderada, 1,55%. Entre as pessoas de referência do domicílio sem grau de instrução, esse percentual se amplia para 6,71%.

Figura 27



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE/2013

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados por este estudo demonstram um grande desafio para o Distrito Federal na elaboração e implantação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que se observa, por um lado, principalmente entre a população mais jovem a ampliação do consumo de alimentos com baixo grau nutritivo, tais como: doces, guloseimas, refrigerantes e lanches. Por outro lado, o Estado deve lidar com um percentual da população com grau elevado de insegurança alimentar. Este cenário demanda que o governo atue e formule ações em duas frentes: uma voltada à promoção de ações de educação alimentar e nutricional e outra para erradicação da pobreza e vulnerabilidade que impactará os resultados de insegurança alimentar.

Os resultados e a análise do perfil dos domicílios e das pessoas em situação de insegurança alimentar demonstram que são famílias vulneráveis em diversos aspectos, tais como: inserção no mercado de trabalho, escolaridade, condições sanitárias do domicílio, entre outras. Esses resultados reforçam a importância da ação do governo com a implantação de políticas de proteção integradas para superação dessas vulnerabilidades. O Distrito Federal trabalha com um leque de políticas - podemos considerar - com foco na superação destas situações, como: a distribuição de cestas básicas emergenciais, o funcionamento dos restaurantes comunitários com valores subsidiados e para os mais jovens a merenda escolar, além de tantas outras.

Por fim, é importante relatar os resultados positivos observados no Distrito Federal em relação ao consumo recomendado de frutas, verduras e hortaliças entre a população com mais de 18 anos. Entre os estudantes do 9º ano do ensino fundamental do Distrito Federal, esse consumo também se mostrou melhor se comparado com os resultados observados no Brasil e nas demais capitais brasileiras. Esses dados podem demonstrar uma sensibilização das pessoas residentes no Distrito Federal sobre a importância do consumo na alimentação, bem como o melhor acesso a esses alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Luiz A. Índice de massa corporal (massa corporal. estatura-2) como indicador do estado nutricional de adultos: revisão da literatura. **Revista de Saúde Pública**, v. 26, n. 6, p. 431-6, 1992.

BAHIA, Luciana; ARAÚJO, Denizar Vianna. Impacto econômico da obesidade no Brasil. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 13, n. 1, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Segurança Alimentar, 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/seguranca_alimentar_2013/pnad2013_seguranca_alimentar.pdf

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos avançados**, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.

PANIGASSI, Giseli *et al.* Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. **Revista de nutrição**, v. 21, n. supl, p. 135s-144s, 2008.

TARDIDO, Ana Paula; FALCÃO, Mário Cícero. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, v. 21, n. 2, p. 117-24, 2006.

Comitê Editorial

LUCIO RENNÓ
Presidente

ANTÔNIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO
Diretor Administrativo e Financeiro

BRUNO DE OLIVEIRA CRUZ
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas

BRUNO DE OLIVEIRA CRUZ
Diretor de Estudos e Políticas Sociais
(Respondendo)

ALDO PAVIANI
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

Abimael Tavares da Silva
Gerente de Apoio Administrativo

Clemir Márcio Rodrigues
Gerente de Administração de Pessoal

Cristina Botti de Souza Rossetto
Gerente de Demografia, Estatística e
Geoinformação

Frederico Bertholini Santos Rodrigues
Gerente de Estudos Regional e Metropolitano

Iraci Peixoto
Gerente de Pesquisas Socioeconômicas

Lidia Cristina Silva Barbosa
Gerente de Estudos e Análises Transversais

Jusçanio Umbelino de Souza
Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Larissa Maria Nocko
Gerente de Estudos e Análises
de Promoção Social

Marcelo Borges de Andrade
Gerente de Tecnologia da Informação

Martinho Bezerra de Paiva
Gerente Administrativo e Financeiro

Mônica Soares Velloso
Gerente de Estudos Ambientais

Sérgio Ulisses Silva Jatobá
Gerente de Estudos Urbanos

Revisão

Eliane Menezes e Ana Carolina Oliveira (Estagiária)

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br



**Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão**



Governo do Distrito Federal